



FÓRUM NACIONAL de REFORMA URBANA

Síntese do Encontro Nacional realizada nos dias 15 e 16 de julho de 2005 – São Paulo

Pauta:

1. Balanço da conjuntura;
2. Apresentação do Texto Base do FNRU para a Conferência Nacional das Cidades
3. Plenário de aprovação do texto base
4. Informe da relatoria da Plataforma de Direito Humanos
5. Apresentação dos Fóruns regionais e das articulações pela Marcha Nacional pela Reforma Urbana e pelo Direito à Cidade
6. Apresentação dos Grupos de Trabalho: (i) Marcha Nacional pela Reforma Urbana e pelo Direito à Cidade, incluindo a discussão sobre transportes e saneamento ambiental; (ii) Fundo Nacional de Moradia Popular e Política Nacional de Habitação; (iii) Revisão da Lei 6766 e regularização fundiária; (iv) Planos Diretores Participativos; (v) gênero e política urbana; (vi) cultura, juventude e política urbana.
7. Avaliação e encerramento

I – Entidades Presentes:

- > MNLM - Movimento Nacional de Luta por Moradia
- > UNMP - União Nacional por Moradia Popular
- > CMP - Central de Movimentos Populares
- > CONAM – Confederação Nacional de Associações de Moradores
- > FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
- > FENAE - Federação Nacional das Associações de Empregados da Caixa Econômica
- > Instituto Polis – Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais
- > IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal
- > IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
- > ANTP – Associação Nacional de Transportes Públicos
- > COHRE Américas – Centro pelo Direito à Moradia contra Despejos
- > AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros
- > FENEA – Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil
- > CAAP – Centro de Assessoria à Autogestão Popular
- > Fundação Bento Rubião - Centro de Defesa dos Direitos Humanos
- > Observatório das Metrôpoles IPPUR/UFRJ/FASE
- > ActionAid Brasil.

II – Fóruns e articulações estaduais de reforma urbana:

- > Articulação pelo Direito à Cidade /SP
- > Articulação pela Reforma Urbana/RJ).
- > FERU/PE – Fórum Estadual de Reforma Urbana - Pernambuco.
- > Fórum Mineiro de Reforma Urbana.
- > Fórum Metropolitano de Reforma Urbana – PA
- > Fórum de Reforma Urbana de Goiânia.

III – Outras entidades presentes:

- > Oxfam
- > HIC – Habitat International Coalizion
- > Habitat para Humanidade Brasil
- > CESE
- > ANEAC – Associação Nacional de Engenheiros da CEF
- > CONAQ – Coordenação Nacional dos Quilombolas

IV – Parlamentares presentes:

- > Carlos Marum – PMDB Mato Grosso do Sul

V – Total de participantes: 450 pessoas

1. Balanço da Conjuntura

a) Arlete – AGB/FNRU – Chamou atenção para a questão urbana no Brasil; ressaltou a importância da luta pelo direito à cidade; destacou a importância de combater as desigualdades sociais de forma articulada com a luta contra os processos de negação do direito à cidade.

b) Marcelo – MST – Destacou a importância de articular a luta na cidade e no campo; fez um resgate da história recente, ressaltando que os movimentos sociais acabaram priorizaram a luta institucional-eleitoral; Fez uma avaliação da insuficiência de eleger Lula presidente, o fundamental é a luta de massas; destacou que a correlação de forças é desfavorável e que a esquerda não pode ser pautada pela imprensa. Por fim, convocou todos os movimentos a fortalecer a Coordenação dos Movimentos Sociais.

c) Donizete – UNMP/FNRU – Avaliou que as elites estão satisfeitas com a conjuntura nacional; destacou a necessidade de garantir a autonomia do movimento popular em relação aos partidos; sublinha a importância de discutir a luta de classes e sua expressão nos conflitos atuais.

d) Nabil Bonduk – USP – Destacou a importância de fazer uma boa avaliação de conjuntura para pensar os desafios no campo da reforma urbana; Reforçou alguns princípios fundamentais: (i) a autonomia do movimento em relação do governo; (ii) a questão da democracia; e (iii) a defesa da ética, entendida como transparência; Chamou a atenção para a necessidade de resgatar nossas utopias construindo um programa para o momento que estamos vivendo. Também argumentou pela defesa do Ministério das Cidades e do Conselho das Cidades; pela elaboração dos planos diretores participativos e; contra a corrupção. Por fim, destacou a importância do movimento nacional pelo reforma urbana e seu papel na atual conjuntura.

e) Questões levantadas no debate

> Importância de apostar no acúmulo dos movimentos; apostar na mobilização social; e ver os limites do atual governo, mesmo defendendo a manutenção de apoio.

> Importância de defender a manutenção do Ministério das Cidades, se posicionando contra a possibilidade de fusão do Ministério da Integração Nacional e o Ministério das Cidades. Proposta do FNRU aprovar um manifesto defendendo o MINCidades e se posicionando contra a fusão.

> Necessidade de avaliar as contradições do governo: a avanços, sobretudo no que se refere ao ambiente participacionista, mas há limites, vinculados, entre outros aspectos, as opções econômicas.

> A dimensão internacional deve ser levada em consideração, e o FNRU tem um papel relevante na difusão e articulação internacional da luta pelo direito à cidade.

2. Apresentação do texto base

> O texto base foi apresentado ressaltando-se os principais pontos de cada tema. Após a apresentação, foram organizados quatro grupos de trabalho: (i) participação e controle social; (ii) questão federativa e financiamento do desenvolvimento urbano; (iii) política urbana regional e metropolitana; (iv) estratégia de mobilização e representação nas conferências das cidades.

3. Plenária de apresentação da discussão do texto base pelos grupos de trabalho.

I – Participação e controle social

- Destaque ao controle social sobre o orçamento e financiamento público, nos municípios, estados, DF e na federação.
- Elaboração de Planos Diretores e Conferência das Cidades como meio de garantir a legitimidade e execução das políticas públicas.
- Mecanismos para ampliar da sociedade civil e poder legislativo para elaboração as políticas urbanas.
- Mecanismos de controle e gerenciamento dos Fundos de Habitação de Interesse Social através de conselhos.

- Proporcionalidade da sociedade civil organizada no ConCidades.
- Financiamento público para a realização das Conferências das Cidades em todas as esferas administrativas da federação.
- Criação do Conselho das Cidades em lei constitucional.
- Manutenção e/ou criação de defensoria pública.
- Debate para a revisão da constituição sobre a reforma política.

II – A questão federativa e financiamento do desenvolvimento urbano

- Criação de comitês em torno dos grandes projetos.
- Critérios para a criação de municípios e regiões metropolitanas.
- Criação de um Fundo Unificado de Desenvolvimento Urbano (regionais e setoriais).
- Sistema Nacional das Cidades orientada por planos nacionais de ordenação do território e desenvolvimento econômico e social – contemplando a existência de territórios étnicos (indígenas, quilombolas) e as diversidades regionais.

III – Política urbana regional e metropolitana

O documento do FNRU deve:

- Necessidade de planejamento regional e metropolitano (gestão participativa, política orçamentária, intervenções territoriais e infra-estrutura).
- Aplicabilidade diferenciada dos instrumentos previstos na política urbana, haja vista as especificidades regionais, e centralidades já existentes, por exemplo, a regularização fundiária em lotes de até 250 metros quadrados não se aplica à extensão territorial da Amazônia e as necessidades diferenciadas.
- Planejamento urbano e regional, considerando as cidades médias e pequenas.
- Conselhos municipais e estaduais como instrumento do planejamento metropolitano, com ampla participação social.
- A violência urbana, deve ser atrelada às políticas urbanas e sociais, ou seja educação, lazer, infra-estrutura urbana, regularização fundiária, etc. e não apenas como atributo de grandes concentrações populacionais; (revisão de redação)
- Política urbana considerando a questão ambiental atrelada analisando também integradamente grandes projetos de iniciativa federal, estadual, municipal e privadas. Os grandes projetos devem ser objeto de análise num planejamento integrado na Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.
- Necessidade de financiamento habitacional, segundo as necessidades de regiões metropolitanas;
- Diagnóstico das regiões metropolitanas para desenho das políticas urbanas e que os planos diretores sejam integrados.
- Diagnóstico da diversidade de extensão da população, do intra e da relação entre municípios e cidades, do território dos municípios das diferenças étnicas, culturais, sociais para a elaboração do Plano Nacional de desenvolvimento urbano.
- Considerar a territorialidade étnica para realizar planos diretores compatíveis com a diversidade sócio-cultural brasileira. Nesse sentido incorporar também as propostas do Fórum da Amazônia Oriental.

O Grupo considera necessário mudar a linguagem do documento, muito acadêmico/institucional, para se tornar adequado à conferência. De modo geral considerou-se que o texto é tímido quando se refere a questão econômica e deve deixar claro qual é a nossa opção.

IV – Estratégias de mobilização e representação para as Conferências das Cidades

- O FNRU deve definir uma agenda/pauta para intervir nas conferências municipais e estaduais.
- Os fóruns estaduais devem buscar a articulação com os movimentos e organizações sociais nos estados.
- O FNRU deve preparar uma proposta de revisão do regimento interno, que contém muitos problemas e lacunas;
- O FNRU deve buscar uma proposta de composição que contemple a questão da regionalização.
- Os fóruns estaduais devem cobrar dos governos estaduais a estrutura necessária para a participação das lideranças e delegados dos movimentos populares.
- O FNRU e os fóruns regionais devem utilizar os meios de comunicação alternativos para massificar a conferência.

O FNRU deve propor que haja uma avaliação do processo da I Conferência Nacional das Cidades.

4. Informe da relatoria da moradia da Plataforma de Direito Humanos, Econômicos, Sociais, Ambientais e Culturais – DHESCA

Informe da relatora Lúcia:

- A idéia da relatoria é se articular com o FNRU e participar dos eventos promovidos pelas entidades do fórum.
- Temas estratégicos: despejos forçados; participar das atividades voltadas para o desbloqueio dos recursos destinados para habitação; gestão democrática das cidades; acompanhamento dos mega-projetos; moradia em situação de risco ambiental.
- Propostas de missão para 2005: Parque Oeste (Goiânia) – 11 e 12 de agosto; Mega Projeto no Maranhão – 24, 25 e 26 de agosto.
- A relatoria tem recebido várias denúncias e solicitações e está estudando a possibilidade de fazer uma missão no Piauí.

Informe da Patrícia:

- Explica o que é Plataforma DHESCA e a iniciativa das relatorias, que tem por objetivo investigar situações de violação de direitos e fazer recomendações ao poder público.
- O projeto tem a parceria da ONU
- Entre as recomendações realizadas pela relatoria, destacam-se: (i) a assinatura da Carta Mundial pelo Direito à Cidade; (ii) a aprovação dos fundos estaduais e municipais; (iii) a demarcação dos territórios destinados à população de baixa renda; (iv) o estabelecimento de uma política nacional contra despejos forçados.
- Foram dadas os informes das missões no Piauí e no Maranhão.

Informe da CONAQ – Coordenação Nacional dos Quilombos – Jô Brandão

- Destaca que a questão da territorialidade étnica não tem sido incorporada na discussão dos planos diretores.
- Afirma a necessidade do reconhecimento do direito étnico.

5. Informe dos fóruns e articulações regionais Estratégia Internacional do FNRU

- Pará: Fórum Metropolitano de Reforma Urbana Belém e GT Urbano do FAOR – Agenda: conferências municipais e estaduais; planos diretores; marcha pelo direito à cidade. A coordenação do fórum é composta pela FASE, MNLM, CBB, CONAM, FMAP, FEP, FEMERAM, CMP. Além disso, fazem parte fóruns de mulheres, fóruns de economia solidária; incluindo alguns municípios fora da área metropolitana, o que tem levado a discussão de tornar a articulação um fórum estadual de reforma urbana. O GT urbano do FAOR é composto pelos estados do Maranhão, Tocantins, Amazonas e Pará.
- Paraíba: Fórum Estadual de Reforma Urbana – o fórum tem passado por algumas dificuldades de organização, mas as entidades estão atuando, sobretudo, em torno dos processos de elaboração dos planos diretores e da organização da marcha pelo direito à cidade. O fórum atua basicamente na capital. Entre as entidades, destacam-se o MNLM, a CMP, a AGB, a Fundação Margarida Alves, a SEMOPS, o MEL (Movimento do Espírito Lilás), e a AMCB (Associação dos Moradores do Cabo Branco). O fórum tem sentido dificuldades operacionais de funcionamento.
- Nordeste: Fórum Regional Nordeste de Reforma Urbana. Desde o ano passado está criada esta articulação, com representação em todos os estados. O fórum tem realizado atividades de formação e neste ano está engajada na organização da Marcha pelo Direito à Cidade. Tem uma secretaria executiva composta pela FASE, ETAPAS, MTST/UNMP, MNLM. Existem fóruns estaduais em Pernambuco, na Paraíba e no Ceará.
- Fortaleza (Ceará): Núcleo de Habitação e Meio Ambiente. Participam da rede as seguintes organizações: Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza (FEBF/CONAM); Cáritas Diocesana; CMP; Movimento dos Conjuntos Habitacionais – MCH/UNMP; Escritório dos Direitos Humanos Frei Tito de Alencar; Cearah Periferia; Centro de Assessoria Jurídica Universitária – CAJU; Núcleo de Assessoria Jurídica Comunitária – NAJUC; Serviço de Assessoria Jurídica – SAJU; Centro Socorro Abreu; Centro de Defesa da Vida Hebert de Souza – CDVHS; Oficina do Futuro; Centrais Eclesiais de Base – CEBs. O núcleo se organiza como uma rede, centrada na seguinte agenda: (i) campanha do Plano Diretor Participativo em Fortaleza e no estado; (ii) marcha nacional pelo direito à cidade; (iii) política de regularização fundiária; (iv) conferências das cidades.
- Minas Gerais: Fórum Mineiro de Reforma Urbana. Este ano o fórum se re-articulou, composto pelas seguintes organizações: UNMP, MNLM, CMP, MLB, FAMIG/CONAM, MDT, Sindicato dos Arquitetos, Observatório das Metrôpoles, Ação Urbana, Célula Negra. A agenda do fórum está centrada: (i) na capacitação com representantes das entidades de BH e região metropolitana sobre

planos diretores; (ii) no acompanhamento das conferências das cidades, (iii) no acompanhamento do conselho de desenvolvimento urbano e (iv) na marcha pelo direito à cidade.

- Rio de Janeiro: Articulação Estadual pelo Direito à Cidade – A articulação está atuando em torno da seguinte agenda: conferência das cidades, planos diretores e a marcha pelo direito à cidade. Participam da articulação ONGs como a FASE, a Fundação Bento Rubião, Ibase; organizações populares CMP, UNMP, MNLM, CONAM e MLB; e o sindicato dos arquitetos. A articulação tem como meta organizar 10 ônibus para a marcha.

- São Paulo: Articulação Estadual pelo Direito à Cidade – AEDC São Paulo. A agenda da articulação está centrada nas conferências das cidades, na campanha dos planos diretores (sensibilização, capacitação e mobilização) e na marcha pelo direito à cidade. Participam da articulação entidades de classe (SASP, CRESS), movimentos populares (UNM/UNMP, CMP, CONAM e MNLM), entidades universitárias (Labhab/USP, Labor), ONGs (Centro Gaspar Garcia, Polis, movimento ambiental, parlamentares e seus gabinetes, executivos municipais, profissionais liberais da área urbana).

- Roraima: Fórum Estadual de Reforma Urbana – foi organizado este ano. O fórum foi fundado com cerca de 78 organizações, envolvendo a CUT, movimento de moradia, movimento negro, movimento de deficientes, e outros. A agenda está centrada nas conferências das cidades, nos planos diretores, na marcha pelo direito à cidade, e na questão indígena.

- Goiânia (Goiás): Fórum Estadual de Reforma Urbana – participam do fórum a CONAM, UNMP, MNLM, CMP, CCAB, sindicato dos arquitetos, MDT, FNA, Comissão dos Direitos Humanos, IBRACE. Estão priorizando a marcha, com a meta de mobilizar 1.800 pessoas. Além disso, estão atuando na elaboração do plano diretor.

- Sul: Região Sul do Fórum Nacional de Reforma Urbana – o fórum articula todos os estados do sul do país: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. A agenda envolve a conferência das cidades, a elaboração dos planos diretores, a marcha pelo direito à cidade. Participam da região sul as seguintes organizações: CAAP, COHRE, UNMP/SC, CMP/RS, CONAM/RS, MNLM/RS, UFECA/Fpolis, FAMESC/SC, IAB/SC, AMBIENS/PR, Terra de Direitos/PR, Sindicato dos Arquitetos/PR, MNLM/PR, FLPRU/PR, CMP/PR.

- Pernambuco: Fórum Estadual de Reforma Urbana (FERU) – Participam do fórum 22 organizações, onde destaca-se ONGs como a FASE, ETAPAS, Centro Josué de Castro, CENDEC, os quatro movimentos populares nacionais, CONAM, CMP, UNMP/MTST, MNLM; movimentos populares setoriais, CUT e sindicatos. O fórum tem realizado atividades de formação, e atuado na questão das conferências, elaboração dos planos diretores e na organização da marcha pelo direito à cidade. O fórum está atuando na perspectiva de ampliar sua atuação para outros municípios, e hoje já está presente em Olinda, Abreu Lima, Cabo de Santo Agostinho, Petrolina, Jaboatão.

- Alagoas: Fórum de Reforma Urbana. Participam do fórum a UNMP, MNLM, CMP e a CONAM-BR. O fórum está atuando na organização das conferências e na marcha pelo direito à cidade.

- Maranhão: Fórum Maranhense do Plano Diretor. Participam 17 entidades. Estão atuando em torno da elaboração dos planos diretores, nas conferências das cidades, na organização da marcha pelo direito à cidade, na discussão sobre o pólo siderúrgico. É composto: MNLM, UNMP, CMP, CUT, e alguns sindicatos.

- Por fim, apesar de ainda não estarem estruturados, estão sendo organizados fóruns no Piauí e na Bahia.

Existem fóruns/articulações em torno da reforma urbana e do direito à cidade em 13 estados (Pará, Maranhão, Paraíba, Ceará, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Roraima, Alagoas, Piauí) e em 3 regiões: Nordeste (Fórum Nordeste de Reforma Urbana), Norte (GT urbano do FAOR) e Sul (Fórum de Reforma Urbana).

6. Apresentação dos Grupos de Trabalho

I - GT's Marcha Nacional da Reforma Urbana pelo Direito a Cidade e Transporte e Mobilidade Urbana

Os Gt's 1 e 8, propostos pela coordenação do Encontro, foram fundidos no sentido de equacionar o debate respectivo a Ação Nacional Tarifa Cidadã, proposta pelo o MDT e a Marcha pelo Direito a Cidade, proposta pelo FNRU.

Em um primeiro momento foi apresentado pelo coordenador do MDT, Nazareno Affonso a Campanha do MDT.

Nazareno sintetizou qual era o objetivo da campanha, já explicitado em outros momentos em reuniões do FNRU. Frisou que o MDT quer popularizar a problemática da Mobilidade Urbana, visando fazer que o setor ganhe peso político e entre de fato na agenda nacional.

Falou do dia da Tarifa Cidadã, que seria um dia de movimentação e divulgação da campanha nas cidades que aderiram e sugeriu para que no dia 12 de agosto, dia de mobilização para Marcha nos estados, acontecesse também uma difusão da campanha (para isso o MDT está tentando viabilizar a reprodução de um panfleto que aborde tanto a Campanha quanto a Marcha).

Nazareno também esclareceu algumas dúvidas sobre alguns pontos da Campanha, como as questões de gratuidades (que a campanha não é contra as gratuidades conquistadas com o trabalho dos movimentos de classe, mas é contra o sistema de financiamento dessas gratuidades, ou seja, contra o trabalhador pobre pagar essa fatura) e das isenções tributárias (o transporte público é tão essencial quanto a cesta básica e é um direito de todos, como a saúde e a educação, mas não tem nenhum tratamento tributário proporcional ao seu papel social).

Logo depois, Veruska fez um relato de como está a organização da Marcha. Frisou a importância da mobilização dos Fóruns Estaduais no dia 12 de agosto e a necessidade de cada ônibus, que estiver na caravana à Brasília, estar no Memorial JK (Eixo Monumental) no dia 16 às 08:00 da manhã.

Descreveu o planejamento da Marcha:

16 / 08

- 08:00 as 09:00: Concentração
- 09:00 as 11:30: Marcha até a Explanada dos Ministérios (Ministério da Fazenda)
- 11:30 as 12:30: Ato público (Ministério da Fazenda)
- 12:30 as 14:00: Almoço
- 14:00 as 18:00: Agenda política da Marcha
- 18:00 as 19:00: Ir para o alojamento (Estádio Mane Garrincha)
- A partir das 19:00: Janta e Forró da Reforma Urbana

17 / 08

- 07:00 as 08:00: Café
- 08:00 as 09:00: Retorno à Explanada
- 09:00 as 12:00: Agenda política da Marcha
- 12:00 as 14:00: Almoço
- 14:00 as 17:00: Agenda política da Marcha
- A partir das 17:00: Volta pra casa

Também foi lida a lista de 63 ônibus (hoje 79) que o FNRU conseguiu articular para a Marcha até o momento e esclarecido o processo de negociação dos mesmos.

Em um terceiro momento de apresentações, Olmo falou sobre o Manifesto Político da Marcha e leu todas as Plataformas já com as últimas alterações propostas em relação ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e Mobilidade Urbana.

Debate:

Donizete (UNLM): Propõe um maior enfoque, no que diz respeito ao Programa de Crédito Solidário (SERASA / SPC) no Manifesto Político da Marcha, assunto também defendido por Sergio (UNMP – BA), Roberto (MNLM) e Serginaldo (CMP – PE). Depois propõe uma audiência com o Ministério de Minas e Energia durante a Marcha.

Josué (ABRAÇO): Apresenta Associação Brasileira das Rádios Comunitárias, fala da importância das rádios para os movimentos populares e para o país como um todo. Sugeriu a inserção de uma plataforma sobre a Democratização da Comunicação no Manifesto da Marcha, defendida também por Robson (CMP – SE). Falou que a ABRAÇO pode acompanhar toda a Marcha fazendo uma cobertura direta via Rádio e Internet através de uma Rádio Móvel.

Marcelo (CMP-RJ), Modesto (UNMP – SC), Pedro Dias (CONAM – RS), Roberto (MNLM) e Wellington (CMP – RN) questionam o apoio do FNRU à Campanha Tarifa Cidadã por essa estar vinculado aos empresários do setor. Explicitaram a dificuldade de defender uma bandeira que não foi discutida com os movimentos e salientaram que não seria porque o MDT está articulando ônibus para Marcha, que o FNRU deveria fechar os olhos para o sistema imposto por esses empresários.

José de Fátima (MDT – MG), Nazareno (ANTP), Koka-Kola (MDT-MG) Olmo (MDT) e Veruska (CONAM) salientaram que em todos os momentos, as discussões que tangenciam o MDT foram realizadas junto ao FNRU. Salientaram também que as quatro grandes centrais de movimentos populares do país, fizeram adesão ao MDT e sempre tiveram, independentemente do FNRU, espaço para discussão junto ao Movimento. Foi repudiada a idéia que exista qualquer conchavo ou acordo de uma “venda do movimento de luta da reforma urbana” para os empresários do setor. E por último frisou-se que sem dúvida alguma, a participação mais ativa dos movimentos populares, qualificaria o MDT bem como suas propostas.

Chico (POLIS): propõe que os estados sugiram atividades culturais e lúdicas para todos os momentos da Marcha e salienta que os movimentos precisam ocupar os fóruns de discussão das questões do transporte como fazem em relação a moradia.

Robson (CMP – SE): Propõe um imediato levantamento de imóveis públicos para propiciar ações dos movimentos que lutam por Moradia Popular

Jorge (FERU – PA): propõe a discussão sobre as cidades amazônicas durante a Marcha.

Eloísio (CMP): Acha que o Manifesto tem que ser mais “duro”. Pedir a demissão de Meirelles, Roberto Rodrigues e Furlan.

Wander (CONAM – SP): Propõe chamar os empresários para uma melhor equação das propostas da Campanha. Propõe também algumas alterações em plataformas.

- Saneamento: disponibilizar recursos do orçamento geral da união (OGU) para esse setor
- Emprego: Tratar com mais afinco questões de empregos e salários
- Segurança Pública: Complementar a plataforma com mais propriedades sobre o tema

Faltou tempo para fazer alguns encaminhamentos, mas não houve divergências maiores que os relatados.

II - GT Planos Diretores Participativos

O tema planos diretores participativos foi trabalhado dentro dos seguintes pontos:

- 1) introdução do porque de elaborar planos diretores participativos;
- 2) ações do Governo Federal / ConCidades;
- 3) informes dos núcleos estaduais da Campanha do PDP;
- 4) Propostas para atuação do FNRU.

1) Histórico de Elaboração de Planos Diretores no Brasil:

Foi apresentado um breve histórico a respeito do processo de elaboração de planos diretores (PD) no Brasil. A partir da década de 1970 e durante a década de 1980 os PD começaram a serem elaborados por consultorias especializadas e sem contar com a participação da sociedade.

Em meados da década de 1980 surge o Movimento pela Reforma Urbana, em contraposição a essa forma excludente de planejamento urbano. Em 1988, na Constituição Federal foram incluídos os Capítulos 182 e 183 que dispõem sobre a Política Urbana.

Em 2001, foi aprovado o Estatuto da Cidade, onde o Plano Diretor é o principal instrumento de implementação da política urbana e tem que ser elaborado de forma participativa.

Em 2003, a Conferência Nacional das Cidades elegeu o Conselho das Cidades que em 2004 aprovou, a resolução no 15 e, em 2005, a no 25 que dispõem, respectivamente, sobre a Campanha Nacional de Planos Diretores Participativos e as diretrizes para a forma de participação na elaboração dos mesmos.

2) Ações do Governo Federal / ConCidades:

Foi apresentado, pela Evaniza do MC, um resumo da situação da Campanha Nacional de Planos Diretores Participativos, promovida pelo Ministério das Cidades.

A Campanha foi formatada com uma estrutura descentralizada, através dos Núcleos Estaduais, identificando sua área de atuação dentro das diversas realidades do País.

Foram formados 25 núcleos estaduais da campanha integrados pelos diversos setores da sociedade.

Os principais problemas da Campanha:

- disputa por recursos financeiros;
- falta de participação do movimento popular;
- empresas de consultoria capitalizando a elaboração de planos diretores;
- no credenciamento do Ministério das Cidades tiveram 1200 inscritos e 500 foram habilitados à capacitar e elaborar planos diretores.

Foram elaborados, pelo MC, kit's da Campanha contendo material de divulgação para os municípios, com uma proporção de três kit's por município com obrigatoriedade de elaborar plano diretor.

3) Informes dos núcleos estaduais da Campanha do PDP:

Núcleo Pernambuco:

- capacitação em Recife.

Núcleo São Paulo:

- formado a partir da comissão preparatória da conferência estadual, agregando adeptos;

- reuniões semanais;
- solicitaram verba alta para o Ministério das Cidades para a Campanha;
- estratégia de divisão regional do estado para promover cursos e mobilização social;
- disputa por recursos financeiros;
- não querem gastar recursos para produzir material pedagógico.

Núcleo Pará:

- 37 membros na coordenação estadual;
- entidades de diversos setores: 30 pessoas efetivas do movimento;
- processo de acompanhamento dos Planos Diretores financiados pelo OGU em 2004 e 2005;
- planejamento das atividades de capacitação de lideranças e monitoramento dos Planos Diretores;
- R\$ 100.000,00 de recursos obtidos no MC para as atividades da Campanha.

Núcleo Tocantins:

- dez municípios com obrigatoriedade de elaborar planos diretores e três receberam recursos para elaboração;
- comitê gestor com participação das organizações dos movimentos nacionais;
- R\$ 20.000,00 de recursos obtidos do MC para as atividades da Campanha;
- fase do planejamento das atividades do Núcleo: organização do cronograma das oficinas de capacitação.

Núcleo Rio Grande do Sul:

- coordenação da Metroplan – Governo Estadual;
- apresentaram proposta de planejamento das atividades do Núcleo ao MC;

Núcleo Rio de Janeiro:

- ocorreram duas oficinas de capacitação regionalizadas de multiplicadores do MC;
- registrados problemas de infra-estrutura pessoal e financeira para desenvolver o trabalho.

Núcleo Minas Gerais:

- reuniões semanais;
- curso de capacitação na região metropolitana;
- divisão do estado por microrregião;
- dificuldade de participação do movimento popular.

Núcleo Santa Catarina:

- reuniões semanais;
- coordenação compartilhada entre governo do estado e sociedade civil (CAAP);
- 154 municípios com obrigatoriedade de elaborar planos diretores;
- apresentaram proposta de planejamento das atividades do Núcleo ao MC;
- R\$ 110.000,00 de recursos obtidos do MC para as atividades da Campanha.

4) Propostas para atuação do FNRU:

- conduzir os processos de elaboração dos planos diretores de forma articulada;
- discutir os instrumentos prioritários para a Política FNRU;
- montar um banco de experiências independente do Ministério das Cidades;
- produção de materiais didáticos e pedagógicos;
- conduzir um processo de monitoramento após a elaboração dos planos diretores;
- sistematização e divulgação do impedimento de implementação de planos diretores que foram elaborados sem participação popular (Fortaleza, Salvador);
- elaborar uma plataforma do FNRU;
- mobilização dos movimentos populares para participar do processo de elaboração dos planos diretores;
- criar um link no site do FNRU da Campanha do PDP para troca de informações;
- otimização de informações da rede do FNRU.

III – GT Cultura, Juventude e Política Urbana

- > Dar maior visibilidade à participação dos jovens nos movimentos sociais;
- > Enfoque do debate sobre cultura no âmbito das relações e discussões sociais;
- > Criação de um espaço no FNRU para a participação e formação de jovens;
- > Intercambio dos jovens entre os diversos movimentos existentes;
- > Debates específicos, como: redução da idade penal, vagas na universidade pública;
- > Convite a grupos populares para os eventos do FNRU;
- > Privilegiar os grupos populares para possíveis contatos de trabalhos relacionados à cultura no âmbito do FNRU;
- > Estimular as manifestações regionais;

> Assumir a cultura como uma discussão política.

IV – GT Gênero e Políticas Urbanas

Segue em anexo A: o documento base

Segue em anexo B: o documento base com modificações

> Garantir um encontro com a ministra Nilcéia e que a Marcha possa dar visibilidade às desigualdades entre heterossexuais e homossexuais em relação ao trabalho, acesso a equipamentos públicos, direito a adoção de crianças e também acesso ao financiamento a habitação incluindo os solteiros.

> Crachás lilás específicos com logotipo da reforma urbana para o uso dos delegados(as) no encontro das Conferencias das Cidades.

No item 4, quando se refere ao salário: garantir equiparação salarial entre homens e mulheres. Estatísticas do movimento negro, mulheres recebem 60% do salário dos brancos.

> Garantir acesso à cidade para mulheres e facilitar que a segurança, planos diretores que observem a questão de gênero.

> Barateamento das tarifas de transporte, telefone, etc. que forcem o orçamento domestico principalmente das famílias chefiadas por mulheres.

O avanço da proposta será feito na oficina da agenda feminista do Pará.

V – GT Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, Política Nacional de Habitação, Despejos Forçados

1) FNHIS

As atividades do GT iniciaram com um breve relato sobre o histórico, feito por Leonardo Pessina. Projeto de lei de iniciativa popular de 1991, que estava em tramitação por 10 anos, foi aprovado por unanimidade, após diversos empecilhos criados no final do governo de FHC, em ações também promovidas pelos empresários da construção civil. O projeto entra novamente em pauta a partir de negociações entre os movimentos populares e o MinCid, e apesar de obstáculos enfrentados no Ministério da Fazenda e da Casa Civil, se inicia uma negociação inter-governamental e a posição dos movimentos quanto a vinculação do Fundo ao FGTS é derrubada. A partir da luta pela aprovação, o projeto é aprovado na Câmara e no Senado e sancionado no dia 16 de Junho de 2005.

O desafio agora é trabalhar pela regulamentação do fundo e trabalhar para conseguir recursos substanciais para o fundo. Existe a proposta de elaborar até Setembro a regulamentação com adesão dos estados e municípios ao SNH com recursos permanentes, R\$ 1.200 milhão do FGTS e R\$ 400 milhões do Fundo de Assistência Social. Aqui foi avaliado que o papel do FNRU é trabalhar pela inclusão do FSTS no FNHIS.

A lei do Fundo coloca como beneficiário a população de baixa renda, porém não detalha sobre a renda, ou detalha qual população de baixa renda será beneficiada, moradores de favela, cortiço ou se o alvo será o déficit habitacional. A política habitacional extrapola a questão urbana, também abrange as demandas rurais, isto está presente nos estudos de demanda de habitação, também existe a necessidade de melhorar as condições de habitabilidade das comunidades tradicionais moradores das periferias das cidades, como os quilombolas e os indígenas, e também engloba demandas de saneamento e infra-estrutura. Até hoje trabalhamos com uma concepção urbana e devemos refletir sobre como atender estas demandas destes outros públicos. É importante mencionar que a inclusão destes beneficiários também é estratégica para atrair recursos orçamentários para o FNHIS. Esta é uma chamada pela ampliação da política habitacional, e esta discussão deve ser feita no processo de regulamentação da política habitacional.

Devemos ainda avaliar quais serão os beneficiários e os agentes do crédito solidário, avançar na regulamentação para resolver problemas já identificados no crédito social, definir critérios para a simplificação da implementação dos programas por parte da CEF, pressionar a nível estadual e municipal para a adesão ao sistema do fundo. Foram levantados diversos problemas com relação a CEF e ficou claro que o órgão é um banco comercial, vinculado ao Tratado de Basileia, e não um promotor do desenvolvimento urbano. O FNRU deve apresentar um estudo indicando os problemas de cada financiamento habitacional hoje disponível na CEF para que estrategicamente a atuação do FNRU pela regulamentação do fundo a capacidade de intervenção seja otimizada.

A regulamentação deve definir quanto o papel dos Conselhos, além de definir alguns critérios para os Conselhos locais, definir melhor os critérios para o repasse dos recursos para os municípios onde os Conselhos não estejam instituídos.

O FNRU deve trabalhar pela explicitação da alocação de recursos para o FNHIS, além de auxiliar na definição quanto ao repasse somente através dos Conselhos ou diretamente aos municípios. O FNRU deveria escrever um documento explicitando a importância da definição quanto aos recursos do fundo.

Foi lembrada a questão da importância do papel dos estados, como importantes alocadores de recursos complementares, mas que no atual modelo de repasse direto ao município este papel fica subutilizado.

Foi muito enfatizado pelos movimentos a questão do acesso ao crédito por parte de estão incluídos no SERASA, SPC e outros sistemas de proteção ao crédito, além da necessidade do fundo beneficiar pessoas físicas e jurídicas que estejam com problemas desta natureza. Além disto o movimento também reivindica a questão do beneficiário, de 0-3 salários, e que deveríamos estabelecer proporções para os de 0 renda, que no atual sistema ficariam prejudicados. Os beneficiários que ganham além dos 3 salários deveriam utilizar os programas da CEF. Além disto trabalham com a idéia do repasse do FNHIS ser vinculado aos conselhos municipais e estaduais.

Também foi trabalhada a questão da necessidade de controlar a prestação de contas, que dever estar bem definida na regulamentação.

A necessidade de darmos mais atenção ao Conselho Gestor do FGTS que até agora não tem trabalhado com a questão urbana, somente com a relação capital-trabalho. A vinculação do fundo ao FGTS será submetido ao Conselho Gestor, representado por diversos segmentos, de trabalhadores e empresariais. Uma ampla discussão deve ser feita quanto à atuação no FNRU perante o Conselho Gestor do FGTS.

Regina recorda que a plataforma de ação do FNRU deve reiterar que o fundo de desenvolvimento social deveria estar vinculado ao FNHIS e na busca de recursos para o fundo recorda que em SP 1% do ICMS é repassado ao CDHU, deveríamos pensar em uma porcentagem de algum imposto federal para o FNHIS, ou 1% das loterias federais, por exemplo. Também foi lembrada a importância dos recursos do BNDES e que deveríamos trabalhar para vinculá-lo a questão habitacional.

Surge a proposta de que o MinCid seja o gestor do FNHIS e que a CEF seja o agente operador. Também se levanta a preocupação quanto à sobreposição dos conselhos a partir da arquitetura de sistema nacional que está sendo construída e que devemos trabalhar pela interface dos conselhos de habitação, saneamento e desenvolvimento urbano além de propormos uma engenharia de interlocução entre os mesmos, estamos criando tantas instituições democráticas que corremos riscos de não termos representatividade real. Fica decidido que o FNRU deve fazer uma proposta quanto o papel do ConCidades na integração das políticas de saneamento, transporte, habitação, etc.

Nelson recorda que temos que trabalhar estrategicamente na regulamentação do FNHIS para que a questão técnica de habitabilidade também seja contemplada e que o fundo deve prever recursos para tanto, uma vez que diversas construções realizadas a partir de financiamentos habitacionais não contemplam padrões mínimos de habitabilidade, conforme previsto na legislação internacional de Direito à Moradia

2) Política Habitacional

O tempo de trabalho do GT foi utilizado demasiadamente na discussão do FNHIS e conseqüentemente a discussão quanto à política habitacional foi prejudicada.

O grupo indica a necessidade de se incentivar um amplo debate nacional quanto à política habitacional, uma vez que a mesma ainda não está bem definida. A discussão nacional feita quanto o saneamento foi levantada como exemplo de uma atividade que ainda não foi promovida na habitação.

Dadas as dificuldades já mapeadas quanto a implementação de financiamentos habitacionais se aponta para a necessidade de um trabalho bem estratégico durante a regulamentação do fundo com o objetivo de amarrar a CEF o máximo possível. Os movimentos durante o grupo de trabalho são enfáticos quanto à atuação insatisfatória da CEF, reiteradamente. O FNRU tem que fazer o enfrentamento no sentido de definir o papel do FGTS no Fundo e da CEF na política habitacional.

O FNRU deveria encaminhar um estudo propositivo objetivando a mudança do acesso ao crédito por parte da população de baixa renda, como por exemplo, experiência bem sucedidas de micro-crédito e da economia solidária. Tais atividades deveriam ser mais apropriadas pelo FNRU, e vincular programas habitacionais a programas de geração de renda.

Também deveríamos trabalhar pela responsabilização do setor privado na lei do parcelamento do solo. Nelson cita o exemplo da França onde qualquer empreendimento imobiliário deve destinar 20% a habitação social. O movimento lembra que devemos também insistir em experiências de auto-gestão.

3) Despejos

Neste item o tempo esteve muito reduzido. Um breve relato da Patrícia quanto à reunião em Brasília ocorrida em Junho indica o pouco acúmulo quanto aos despejos, questão explicitada inclusive na dificuldade de definir-se um nome para o GT, uma vez que os empresários presentes se opuseram a denominação Despejos Forçados, mas sim defendendo o nome de conflitos fundiários.

Foi apresentado brevemente a proposta de política nacional contra despejos, a partir de documento elaborado pelo COHRE, o documento não pode ser integralmente lido, e Emily estará enviando cópias por e-mail posteriormente.

Fica claro o não nivelamento do grupo quanto à questão de despejos forçados e que o FNRU deveria buscar promover seminários regionais objetivando socializar o conhecimento quanto os despejos forçados, foi sugerido que se buscasse recursos específicos para a realização destes seminários. Também foi sugerido uma oficina com o Conselho das Cidades.

No entanto também fica explícito, dadas as ocorrências continuadas de despejos forçados e a dimensão que o problema está assumindo, a atuação do FNRU deve buscar dar respostas o mais rapidamente possível. Uma proposta concreta foi levantada pelo movimento, dado o agravamento do cumprimento das reintegrações de posse no período do recesso do judiciário, quando a população fica sem alternativa de defesa. O FNRU deveria escrever ao STJ solicitando a suspensão do cumprimento das reintegrações neste período.

Quanto a atuação do judiciário, que ainda age de forma conservadora com relação aos despejos, foi levantado que o ConCidades não seria o órgão mais apropriado para a interlocução com os juízes, mas que deveríamos utilizar um processo paralelo, como criar uma interlocução com a Casa Civil e com o Ministério da Justiça, e o SEDH. Levantou-se a importância da realização de um seminário com o judiciário para trabalhar a questão da função social da propriedade.

Levantou-se a importância da atuação do FNRU durante a Marcha pela Reforma Urbana e foi sugerido que o COHRE fizesse um documento síntese, simples, de duas folhas, com as propostas a serem levadas a Brasília quanto os despejos forçados.

Definiu-se que não a reunião do FNRU não deveria ter condensado neste grupo de trabalho a questão dos despejos, uma vez que a discussão e a falta de acúmulo neste item indicam a necessidade de trabalhar mais demoradamente a questão dos despejos e que o pouco tempo prejudicou o avanço mais significativo da discussão.

VI – GT's Revisão da 6766/79 e Regularização Fundiária

A reunião se baseou principalmente na proposta de alteração da lei 6766/79 e na atual proposta de Resolução do CONAMA para a regularização fundiária em APPs.

Propostas sugeridas para a Revisão da Lei 6766/79

- Estabelecer regras e diretrizes gerais para viabilizar a regularização fundiária
- Estabelecer tratamento especial para a regularização fundiária para a População de Baixa Renda.
- Discutir a questão sobre municípios de gestão plena e a problemática dos municípios que não possuem gestão plena.
- Tratar das questões ambientais na lei 6766 (estabelecer um tratamento diferenciado em área urbana)
- Indagações qual o papel do Ministério das Cidades ou a política a ser estabelecida em relação aos municípios que não possuem gestão plena, existiria uma política nacional para capacitar e aparelhar os Municípios.

Resolução do CONAMA

- Conseguir um adiamento na votação da proposta de Resolução para que a mesma não seja votada neste texto original que vincula interesse social a área urbana consolidada (remetendo-se a outra emenda) descaracterizando assim o próprio interesse social já que nenhuma área ocupada pela população de baixa renda possui a características de área consolidada conforme a resolução CONAMA.
- Apenas permitir a regularização fundiária para a população de baixa renda em Área de Proteção Permanente (APP) em área urbana com a delimitação e caracterização da mesma como Zona Especial de Interesse Social ZEIS, estabelecida no Plano Diretor ou em lei.
- Fazer com que a proposta do Fórum Nacional de Reforma Urbana seja uma proposta oficial, e se aproximar dos movimentos sócio ambientais para discutir a questão de regularização fundiária para população de baixa renda em área de preservação permanente (APPs) em área urbana.

Política Geral

Tentar uma aproximação com as entidades ambientalistas e outros seguimentos para a divulgação e propostas do FNRU nas áreas urbanas.